

ENSINO SUPERIOR E DESIGUALDADES SOCIAIS: CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDANTES DA UFRB POR GRAU DE PRESTÍGIO DE SEUS CURSOS

HIGHER EDUCATION AND SOCIAL INEQUALITIES: CHARACTERISTICS OF UFRB STUDENTS BY DEGREE OF PRESTIGE OF THEIR COURSES

Vinícius de Lacerda Miranda¹

RESUMO

O ensino superior brasileiro é marcado por um conjunto de desigualdades que, praticamente, excluam diversos grupos sociais de seu acesso. Nosso contexto político educacional sofre grandes transformações com a inclusão das políticas de ações afirmativas, dentre elas a lei 12.711/2012, também conhecida como lei de cotas. Assim, surge o seguinte questionamento, com a implantação de políticas afirmativas, principalmente as reservas de vagas por cotas, o perfil dos discentes da UFRB tem se democratizado ou se mantiveram as relações de reprodução das desigualdades? Nosso objetivo é analisar os cursos, divididos por grau de prestígio, para verificar se houve a democratização das vagas e do perfil de alunos ou se o ensino superior, aqui representado pela UFRB, permanece associado a grupos socialmente privilegiados. Especificamente, pretendemos examinar como se compõem os prestígios das ocupações, priorizando o contexto sócio-histórico brasileiro; classificar os cursos da UFRB segundo o grau de prestígio; analisar como se configura o perfil dos discentes, ao longo da série histórica, relacionando-o a dados como índices de ingresso, evasão e conclusão; e, comparar o perfil dos discentes da UFRB com o perfil obtido a partir do total de estudantes matriculados em universidades públicas, situadas na Bahia. Para isso, utilizamos os dados do Censo do Ensino Superior, entre os anos de 2014 e 2018 e analisados de forma descritiva. As conclusões apontam que a UFRB é uma das universidades na Bahia que mais matriculam alunos aprovados por cotas, o que ajuda a compor seu perfil majoritariamente formado por mulheres, negras e de origem em escola pública. Entretanto, os dados apontam que os discentes, nesta mesma universidade, formam menos e desistem mais, quando comparados com a média do estado da Bahia.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Superior; desigualdades sociais; políticas de ações afirmativas; prestígio.

¹ Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: vinicius.miranda@ufrb.edu.br.

ABSTRACT

Brazilian higher education is marked by a set of inequalities that practically excluded several social groups from its access. Our educational political context undergoes major changes with the inclusion of affirmative action policies, including law 12,711/2012, also known as the quota law. Thus, the following question arises, with the implementation of affirmative policies, especially the reservation of vacancies by quotas, has the profile of UFRB students been democratized or have the relations of reproduction of inequalities been maintained? Our objective is to analyze the courses, divided by degree of prestige, to verify if there was a democratization of vacancies and the profile of students, or if higher education, here represented by the UFRB, remains associated with socially privileged groups. Specifically, we intend to examine how the prestige of occupations are composed, prioritizing the Brazilian socio-historical context; classify UFRB courses according to the degree of prestige; analyze how the profile of students is configured along the historical series, relating it to data such as admission, dropout and completion rates; and, compare the profile of UFRB students with the profile obtained from the total number of students enrolled in public universities located in Bahia. For this, we used data from the Higher Education Census between 2014 and 2018 and analyzed descriptively. The conclusions point out that UFRB is one of the universities in Bahia that enrolls the most students approved by quotas, which helps to compose its profile mainly formed by women, black and of public school origin. However, the data show that the students, at this same university, graduate less and give up more, when compared to the average for the state of Bahia.

KEYWORDS: Higher Education; social differences; affirmative action policies; prestige.

INTRODUÇÃO

Além do conhecido “tripé” que é a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, a universidade também é reconhecida pela sua importância na formação profissional. São muitas as ocupações, as quais, para se poder exercer é necessária a formação através de instituições de ensino superior ou universitárias. Entretanto, se considerarmos apenas o contexto das universidades ocidentais, independentemente das especificidades que os diversos modelos apresentam, veremos que, ao longo de sua história, elas foram instituições que privilegiaram os grupos sociais mais abastados, durante muito tempo (CHARLE; VERGER, 1996; BIANCHETTI, 2017; CUNHA, 2007; FERNANDES, 1975). No Brasil esse processo praticamente excluiu, até muito recentemente, os chamados grupos minoritários.

Ensino Superior e desigualdades sociais: características dos estudantes da UFRB por grau de prestígio de seus cursos – Vinícius de Lacerda Miranda – p. 60-103

A conjuntura educacional brasileira sofre algumas transformações que impactam nesse cenário, principalmente, durante o governo Lula (2002-2010). Através de medidas como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), além do Programa Universidade Para Todos (Prouni), esse período marca o crescimento das universidades públicas, do número de vagas ofertadas, além da democratização e interiorização delas. Santos (2017, p. 34) diz que, apesar das contradições na efetivação dessas políticas públicas, as alterações que ocorreram no governo Lula irão promover uma mudança no quadro do perfil de estudantes universitários. Segundo a autora, a população de 18 a 24 anos de idade que frequentava a universidade subiu de 7,1% para 17,6% e o número de estudantes matriculados em instituições públicas federais cresceu cerca de 232%.

Esse é o mesmo contexto que promove a criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, em 2005, através da Lei n.º 11.145/2005. Atualmente, a instituição conta com mais de 60 cursos e sete *campi* espalhados pelo interior da Bahia. Dados de 2019, antes da paralisação das atividades presenciais por conta da pandemia de Covid-19, indicavam que o corpo discente na graduação possuía, aproximadamente, 9.800 alunos.

Somado a esse processo, a Lei 12.711 de 2012, também conhecida como Lei de Cotas, passou a garantir a reserva de vagas em universidades públicas para indivíduos negros, indígenas, em vulnerabilidade socioeconômica e egressos de escola pública. A partir do ano de 2016, o sistema de reservas avança e passa a incluir, também, pessoas portadoras de deficiências. Sobre o sistema de cotas, Batista (2018, p. 61) nos diz que o impacto geral delas, se considerado o ensino superior como um todo, principalmente, somando as vagas de instituições privadas, pode parecer pouco significativo. Entretanto, ainda segundo o autor, em longo prazo, as cotas tornam-se bastante significativas por garantir o acesso de grupos historicamente excluídos nesse nível de ensino. Assim, a universidade se torna um espaço que oportuniza conhecimento, mobilidade e interação social para esses estudantes.

Ensino Superior e desigualdades sociais: características dos estudantes da UFRB por grau de prestígio de seus cursos – Vinícius de Lacerda Miranda – p. 60-103

Sabendo disso, a seguinte pergunta norteia nossa discussão: com a implantação de políticas afirmativas, principalmente as reservas de vagas por cotas, o perfil dos discentes da UFRB tem se democratizado ou se mantiveram as relações de reprodução das desigualdades? Nosso objetivo consiste em analisar os cursos, divididos por grau de prestígio, para verificar se houve a democratização das vagas e do perfil de alunos ou se o ensino superior, aqui representado pela UFRB, permanece associado a grupos socialmente privilegiados. Especificamente, pretendemos examinar, brevemente, como se compõem os prestígios das ocupações, priorizando o contexto sócio-histórico brasileiro; classificar os cursos da UFRB segundo o grau de prestígio; analisar como se configura o perfil dos discentes, ao longo da série histórica, relacionando-o a dados como índices de ingresso, evasão e conclusão; e, comparar o perfil dos discentes da UFRB com o perfil obtido a partir do total de estudantes matriculados em universidades públicas situadas na Bahia.

Para atender aos objetivos, faremos uma análise descritiva, de abordagem quantitativa, utilizando os dados do Censo do Ensino superior - Censup, obtidos junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. O recorte adotado tem como ponto de partida o ano de 2014, período da primeira oferta de vagas para o curso de medicina na instituição, e finaliza em 2018, devido à disponibilidade dos dados no momento da pesquisa.

A segunda seção deste artigo irá discutir a composição de prestígio e como ele se associa a cursos e profissões. Nesta parte, também iremos classificar as graduações da UFRB segundo graus de prestígio. A seção seguinte aborda como determinadas características subjetivas, tais como cor/raça, sexo e tipo de escola, influenciam nas desigualdades de acesso e permanência no ensino superior. Por último, seguem nossas leituras e observações sobre os dados coletados no Censup.

PRESTÍGIO, PROFISSÕES E FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA

O ensino superior brasileiro é marcado por um efeito, o qual Prates e Barbosa (2015) chamam de “bacharelismo credencialista”. Segundo os autores, o

Ensino Superior e desigualdades sociais: características dos estudantes da UFRB por grau de prestígio de seus cursos – Vinícius de Lacerda Miranda – p. 60-103

patrimonialismo que existe no Brasil exercido como forma de dominação atuária sobre a educação, influenciando-a negativamente. Um dos seus efeitos mais visíveis seria a distinção entre os três tipos de formação, bacharelados, licenciaturas e tecnológicos. Por essa distinção, os bacharelados seriam melhor percebidos pela sociedade, fenômeno que se nota pelo maior número de alunos em cursos dessa modalidade. Em contrapartida, existiria um “preconceito” com os outros dois tipos, os quais seriam associados a grupos mais modestos e, portanto, mais desvalorizados.

Os diferentes graus de valorização para os tipos de cursos nos fazem pensar em como se forma o prestígio e como ele se associa às graduações. Sobre o prestígio:

As bases sobre as quais os indivíduos levantam reivindicações de prestígio, e as razões pelas quais os outros conferem esse prestígio, incluem a propriedade e o nascimento, a ocupação e a instrução, a renda e o poder, de fato quase todos os motivos de inveja que servem para distinguir uma pessoa de outra. No sistema de *status* de uma sociedade, essas pretensões são organizadas na forma de regras e expectativas que determinam a quem o prestígio é atribuído, por quem, de que maneira e por que razões. O nível de estima que um indivíduo tem por si mesmo é mais ou menos determinado por esse sistema de *status* (MILLS, 1969, p. 257, grifo do autor).

Portanto, o prestígio pode ser associado a uma ou mais categorias, variando de acordo com a maneira como pode ser acatada ou atribuída, mas o mais importante era poder diferenciar as pessoas e as classes a que pertenciam. A contribuição de Bourdieu (2018) nos ajuda a avançar nessa discussão. Para explicar a construção e acumulação do “prestígio” no mundo artístico, o autor nos diz que todos os indivíduos envolvidos ajudam a construir o valor simbólico de uma obra de arte. Autor, comerciantes, críticos ou clientes, todos eles dão um “crédito” junto aos agentes com os quais possuem relações.

Em suma, o que faz as reputações não é, como acreditam ingenuamente os Rastignacs² provincianos, a “influência” de fulano

² Segundo Guilherme João de Freitas Teixeira, tradutor do livro (BOURDIEU, 2018), *Rastignacs* é um personagem do tipo oportunista elegante, originalmente concebido por Honoré de Balzac (1799-1850) e que teve primeira aparição no romance *Le Père Goriot*, de 1835.

ou sicrano, esta ou aquela instituição, revista, publicação semanal, academia, cenáculo, marchand, editor, nem sequer o conjunto do que, às vezes, se chama de “personalidades do mundo das artes e das letras”, mas o campo da produção como sistema das relações objetivas entre esses agentes ou instituições e espaço das lutas pelo monopólio do poder de consagração em que, continuamente, se engendram o valor das obras e a crença neste valor (BOURDIEU, 2018, p. 25).

Segundo a citação, o prestígio se forma na relação entre os agentes ou instituições. Assim, tanto a ideia que Mills (1969) faz de prestígio, como algo dinâmico e que pode ser utilizado para propósitos de distinção, quanto Bourdieu (2018), o qual nos chama atenção para as disputas sobre o domínio do poder de consagrar, nos ajudam a entender que a construção do prestígio se dá na relação entre agentes ou classes. É com base nisso que vamos refletir sobre as relações entre profissões e as disputas pelo “poder”, principalmente para aquelas no topo dessa hierarquia.

Nesse sentido, Diniz (2001) nos diz que o “credencialismo” é uma prática comum do processo de *closure* ou fechamento social. Originalmente, esse é um conceito de Weber, para o qual o fechamento social representa um processo em que grupos sociais procuram aumentar os próprios ganhos através da restrição ao acesso a posições-chave na divisão do trabalho, mantendo-as sob controle de um círculo restrito de pessoas elegíveis. Logo, sexo, raça, religião ou qualquer outro atributo pode ser utilizado como critério de exclusão. Ainda segundo Diniz, esse controle seria condição necessária para proteger a escassez, o que garantiria uma dupla recompensa, privilégios na hierarquia ocupacional e oportunidades de mercado e status.

Prates e Barbosa (2015) ratificam esse argumento; segundo eles, os efeitos negativos do “bacharelismo credencialista” podem ser notados quando grupos de elite utilizam estratégias sobre o sistema de ensino superior para ocuparem posições mais elevadas na hierarquia social. Podemos citar como exemplo desse tipo de estratégia a Resolução CNE/CES 02/2015 (BRASIL, 2015), publicada em 01 de julho de 2015, que estabelece a carga horária mínima para os cursos de graduação. Notamos que os cursos de licenciatura devem possuir, pelo menos, 3200 horas, o que nos dá, em média, 4 anos para a graduação. Enquanto isso, os cursos de engenharia devem possuir o mínimo de 3600 e o de Medicina 7200 horas, esse último tem o prazo de conclusão estimado em, Ensino Superior e desigualdades sociais: características dos estudantes da UFRB por grau de prestígio de seus cursos – Vinícius de Lacerda Miranda – p. 60-103

cerca de, 7 anos. Para grupos com pouca tradição universitária, o acesso ao ensino superior já é uma tarefa difícil, portanto, é de se imaginar que se manter em um curso que possui um tempo de formação tão elevado torna a situação mais complicada.

Na sociologia existe uma larga produção que estuda a relação entre prestígio e hierarquizações ocupacionais, não ignoramos esse fato. Mas, optamos pela *Standard International Occupational Prestige Scale* – SIOPS como a métrica para classificação das profissões, principalmente, por fins metodológicos. Essa forma de classificação, originalmente proposta por Treiman em 1977, ganha visibilidade por levar em consideração dados de, aproximadamente, 60 países diferentes (SILVA; PRATES, 2015; MACHADO, 2015).

Segundo Silva e Prates (2015), o procedimento básico que Treiman adotou foi selecionar amostras das populações e pedir que classificassem um grupo de títulos ocupacionais de acordo com o seu prestígio. Em seguida, esses dados foram agregados em *scores* médios e tratados como indicadores médios do prestígio das ocupações. Por fim, para ser possível a comparação internacional, o autor redimensionou esse *score* em uma métrica comum, através da uniformização pelo Padrão Internacional de Classificação das Ocupações – *International Standard Classification of Occupations* – ISCO.

Mas, o que realmente, impressionou Treiman foi que os padrões de classificação, quando comparavam-se contextos diferentes, eram extremamente semelhantes tanto para grupos diferentes da população como mais educados, menos educados, ricos, pobres, jovens e velhos, moradores de áreas urbanas e rurais; como para países diferentes. Portanto, médico para qualquer grupo dentro de uma mesma sociedade ou em países diferentes tinha uma percepção semelhante de classificação na hierarquia de prestígio de ocupações (SILVA; PRATES, 2015, p. 10).

Basicamente, a conclusão do autor foi que as avaliações de prestígio não sofrem variações muito significativas entre grupamentos sociais e países ao longo do tempo. Assim, optamos pela escala SIOPS, pois, entendemos que os estudantes da UFRB são postulantes a profissionais e fizeram a escolha de sua formação considerando, além de

Ensino Superior e desigualdades sociais: características dos estudantes da UFRB por grau de prestígio de seus cursos – Vinícius de Lacerda Miranda – p. 60-103

outros fatores, o prestígio da ocupação relacionada ao curso de graduação. Entendemos que essa classificação é construída em um contexto social diferente daquele em que a universidade está inserida, porém, apesar de algumas distorções que esse modelo possa carregar, consideramos que sua aplicabilidade compensa os possíveis riscos por nos oferecer uma perspectiva da hierarquização das ocupações, mesmo que teórica.

Para organizar os cursos da UFRB dentro dessa escala de prestígio, utilizamos a seguinte metodologia: primeiro fizemos a correlação entre o nome da graduação e o título da profissão; em seguida, consultamos os códigos das profissões na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO (BRASIL, 2010), para torná-los a converter para os códigos das ocupações constantes na ISCO88. Em posse da nova codificação, relacionamos título ocupacional e pontuação SIOPS, conforme disponível em Ganzeboom e Treiman (1996). Com isso chegamos à seguinte tabela:

Tabela 1 – Classificação de cursos por Pontuação SIOPS

CURSO	CBO	ISCO88	ESCORE SIOPS
Medicina;	2231	2221	78
Nutrição;	2237	2229	73
Engenharia civil;	2142	2142	70
Engenharia sanitária e ambiental;	2142	2142	70
Zootecnia;	2233	2211	69
Psicologia;	2515	2445	67
Engenharia mecânica;	2144	2145	66
Engenharia da computação;	2122	2139	65
Engenharia elétrica;	2143	2143	65
Medicina Veterinária;	2233	2223	61
Comunicação social;	2611	2451	58
Publicidade e propaganda;	2531	2419	57
Biologia;	2321	2330	57
Ciências sociais;	2321	2330	57

Ensino Superior e desigualdades sociais: características dos estudantes da UFRB por grau de prestígio de seus cursos – Vinícius de Lacerda Miranda – p. 60-103

Educação do campo (Ciências agrárias; Ciências da natureza e matemática);	2321	2330	57
Educação física;	2321	2330	57
Filosofia;	2321	2330	57
História;	2321	2330	57
Letras;	2321	2330	57
Matemática;	2321	2330	57
Química;	2321	2330	57
Pedagogia;	2394	2330	57
Cinema e audiovisual;	2621	2455	57
Artes visuais;	2624	2452	57
Licenciatura interdisciplinar em artes;	2624	2452	57
Agronomia;	2221	2213	56
Engenharia de pesca;	2221	2213	56
Engenharia florestal;	2221	2213	56
Museologia;	2613	2431	54
Enfermagem;	2235	2230	54
Gestão de Cooperativas - Tecnológico;	1421	3439	53
Gestão pública - Tecnológico;	1421	3440	52
Serviço Social;	2516	2446	52
Agroecologia - Tecnológico;	3211	3212	47
Alimentos - Tecnológico;	3252	3119	46
Música;	2626	2453	45
Bacharelados interdisciplinares ³ .	S/c ⁴	S/c	-

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa.

Para facilitar a leitura e análise dos dados, classificamos os cursos em grupos ordinais (alto, médio e baixo). Para isso, utilizamos a pontuação obtida na Tabela 1 e

³ Os bacharelados interdisciplinares na UFRB são: Ciências Ambientais; Saúde; Ciências Exatas e Tecnológicas; Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas; e Energia e Sustentabilidade.

⁴ Sem codificação.

Ensino Superior e desigualdades sociais: características dos estudantes da UFRB por grau de prestígio de seus cursos – Vinícius de Lacerda Miranda – p. 60-103

tomamos como critérios elementos indicados pela literatura, como, por exemplo, o “bacharelismo credencialista”. Portanto, o primeiro corte, o qual separa os grupos “Alto” e “Baixo” se dá, imediatamente, antes da primeira licenciatura, curso que, hipoteticamente, possui menor reconhecimento social.

Assim, o grupo denominado de “Alto prestígio” possui cursos que, além de serem os de maior pontuação SIOPS, todos eles são de tipo bacharelado. Como exemplo, temos a formação em Medicina, reconhecidamente como uma ocupação de elevado prestígio. Durante a análise dos dados, cursos como Engenharia de Produção, Engenharia de Materiais e Engenharia de Energias, que estariam nesse grupo, foram excluídos, pois, ainda se encontravam em fase de implantação na instituição, dentro do recorte temporal adotado na pesquisa.

Outro elemento que nos chama a atenção é a inclusão no grupo “Baixo prestígio” de cursos como Engenharia Florestal, Engenharia de Pesca e Agronomia. Mesmo sendo cursos de tipo bacharelado e nomeados como “engenharias”, eles permanecem nesse grupo porque possuem 56 pontos na escala SIOPS, logo, um ponto a menos que profissões vinculadas às licenciaturas, com 57. Particularmente interessante é o caso de Agronomia. Consta no portal de registros do Ministério da Educação (E-MEC), e até mesmo nos registros da universidade, que este curso está registrado como “Bacharelado em Agronomia”, porém, o diploma conferido ao egresso, pela Universidade (UFRB, 2009), confere o título de “Engenheiro(a) Agrônomo(a)”. Esse fato serve para exemplificar a importância dos efeitos simbólicos sobre o título, neste caso, demonstra também a preocupação da instituição em auferir o maior valor social possível para os formandos de seu curso.

Durante o processo de classificação dos cursos segundo a ISCO88, percebemos que as formações de bacharelados interdisciplinares (BI) ainda não possuem codificação na CBO. Por isso elas não puderam ser associadas à pontuação SIOPS. Entretanto, é preciso considerar que esses cursos não são os objetivos em si dos estudantes, mas funcionam como etapas de acesso para outros cursos, os quais podem ser de alto ou baixo prestígio. Por esse motivo, decidimos incluí-los no grupo nomeado de “Médio prestígio”. Ao final do processo de classificação, obtivemos a seguinte tabela:

Ensino Superior e desigualdades sociais: características dos estudantes da UFRB por grau de prestígio de seus cursos – Vinícius de Lacerda Miranda – p. 60-103

Tabela 2 – Ordem de classificação dos cursos da UFRB por ordem de prestígio

Ordem de prestígio	Cursos
Alto	Engenharia civil; Engenharia da computação; Engenharia elétrica; Engenharia mecânica; Engenharia sanitária e ambiental; Medicina; Nutrição; Psicologia; Zootecnia.
Médio	Bacharelados interdisciplinares (Ciências ambientais, Ciências exatas e tecnológicas, Cultura, linguagens e tecnologias aplicadas, Energia e sustentabilidade, Saúde).
Baixo	Agroecologia; Agronomia; Alimentos; Artes visuais; Biologia; Ciências sociais; Cinema e audiovisual; Comunicação social; Educação do campo (Ciências agrárias; Ciências da natureza e matemática); Educação física; Enfermagem; Engenharia de pesca; Engenharia florestal; Filosofia; Gestão de Cooperativas; Gestão pública; História; Letras; Licenciatura interdisciplinar em artes; Matemática; Medicina Veterinária; Museologia; Música; Pedagogia; Publicidade e propaganda; Química; Serviço Social;

Fonte: Elaboração própria, dados da pesquisa.

Esse tipo de categorização vai nos auxiliar a visualizar melhor as dinâmicas de como se estruturam os perfis estudantis, inclusive as diferenças de comportamento entre os próprios grupos. Na seção seguinte vamos discutir, brevemente, sobre outros motivos que influenciam nas desigualdades de acesso ao ensino superior.

DESIGUALDADES DE ACESSO E AUTOSSELEÇÃO

Como citado anteriormente, quaisquer características podem ser utilizadas como fatores de exclusão nas estratégias de fechamento social. Pensando nisso e considerando o contexto histórico brasileiro, é impossível não pensar que alguns critérios, como por exemplo, cor/raça, sexo ou a origem social são elementos que exercem influência nessa relação.

Analisando separadamente esses marcadores, inicialmente, devemos considerar o que nos diz Figueiredo (2012). Segundo a autora, até a primeira metade do século XX, a ascensão social de pessoas negras só era possível quando associadas a pessoas brancas, seja por apadrinhamentos, casamentos ou através da incorporação de comportamentos e valores culturais brancos. Após esse período, as mudanças que

ocorrem na sociedade brasileira afetam as estratégias de mobilidade desse grupo. Assim:

Provavelmente a partir da década de 1950, em algumas capitais, e no Brasil como um todo, a partir de 70, ocorreram mudanças estruturais na sociedade brasileira que repercutiram nos mecanismos ou nas estratégias de ascensão utilizadas pelos negros. Nesse sentido, é importante ressaltar as transformações na estrutura ocupacional decorrentes da intensificação do processo de urbanização e industrialização, como a relativa democratização do ensino público. Contudo, essas mudanças estruturais não foram suficientes para criarem igualdade de oportunidades entre brancos e negros e, ainda que os negros tenham sido beneficiados pela expansão do ensino público, estes se concentraram nos níveis mais baixos de escolaridade (FIGUEIREDO, 2012, p. 24).

Para ratificar seu argumento, o qual as oportunidades educacionais ainda não eram equânimes, Figueiredo analisou os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD e percebeu que enquanto em 1988 o percentual de negros ingressantes em universidades somava cerca de 14,5%, o de brancos representava 82,9%. Aproximadamente onze anos depois, eles eram 16,6% e 81,4%, respectivamente (FIGUEIREDO, 2012, p. 39).

A população negra tem enfrentado vários desafios em sua trajetória escolar e isso se reflete em novas desigualdades que influenciam na sua alocação dentro da estrutura social. Em uma análise geral, pretos e pardos ingressam mais tarde na escola e muitas vezes precisam trabalhar para auxiliar na renda familiar, fatores esses que contribuem para altos índices de reprovações e evasão (HASENBALG; SILVA, 1999; LIMA, 1999). Além disso, o sucateamento das instituições escolares públicas contribui com esse processo, funcionando como uma nova forma de exclusão e desigualdades, visto que os grupos sociais mais abastados transferem seus filhos para as escolas das redes particulares (ARAÚJO, 2014). Logo:

Aqui, as desigualdades sociais e raciais estão refletidas na educação, influenciando negativamente no acesso, na permanência e no êxito dos grupos menos favorecidos e historicamente discriminados, negros e

indígenas, nos diferentes níveis e modalidades de ensino (ARAÚJO, 2014, p. 131).

Ao fazer a leitura dos dados do Censup 2013, Santos (2017) percebeu que o número de discentes negros matriculados no ensino superior representava apenas 19,07% de um total de 3.898.880 vagas. No mesmo período, considerando apenas as instituições federais, eles eram 26,43%, em um universo de 1.015.868 matriculados. A PNAD de 2019 mostra uma virada nessa relação: negros somavam 50,3% dos matriculados em universidades públicas, pela primeira vez na história do país.

Tomando como base os dados disponibilizados pelo INEP, Carvalhaes e Ribeiro (2019) fizeram um estudo sobre o perfil de acesso e o padrão de expansão dos diferentes cursos no Brasil. Segundo os autores:

Há sobrerrepresentação de negros em arquivologia & biblioteconomia, Serviço social, ciências sociais, secretariado executivo, teatro & música, estatística, pedagogia, turismo, história & filosofia, matemática, letras, geografia, educação física & fisioterapia & terapia ocupacional, ciências contábeis, física & química, biologia, tecnológicos e enfermagem. Brancos, por sua vez, estão sobrerrepresentados em direito, psicologia, comunicação social, ciências econômicas, nutrição, biomedicina, engenharia, farmácia, relações internacionais, veterinária & zootecnia, arquitetura & urbanismo & design, agronomia, odontologia e medicina (CARVALHAES; RIBEIRO, 2019, p. 217).

Com base no que dizem Carvalhaes e Ribeiro e considerando a discussão anterior, podemos notar que, por mais que tenha ocorrido o crescimento da presença negra nas universidades brasileiras, a literatura indica que a maior parte dessa população tem se encaminhado para cursos de baixo prestígio e remuneração. O oposto acontece com indivíduos brancos, os quais se mantêm como maioria dos matriculados em cursos de alto e médio prestígios.

O gênero é outro fator que possui influência direta na escolha do curso pelos discentes. Entre as formações de ensino superior, fala-se, também, sobre um fenômeno conhecido como a “feminização” de algumas carreiras (MATOS; TOASSI; OLIVEIRA, 2013; CAETANO; NEVES, 2009). Esse é um processo que se inicia no final do século

Ensino Superior e desigualdades sociais: características dos estudantes da UFRB por grau de prestígio de seus cursos – Vinícius de Lacerda Miranda – p. 60-103

XIX, momento no qual determinadas ocupações foram intencionalmente associadas a papéis sociais tradicionalmente impostos às mulheres, como o cuidar, educar e servir.

As mulheres que lecionavam eram chamadas de leigas e os discursos dos positivistas apregoavam que estas deveriam ocupar o lugar dos homens do magistério, como uma extensão do papel de mãe, por seu altruísmo e superioridade moral e espiritual; instruindo as crianças com valores sociais e morais corretos. Na verdade, elas levariam para a sala de aula aspectos da vida no lar, do trabalho doméstico e da maternagem e passariam a ser vistas como segunda mãe ou tia (CAETANO; NEVES, 2009, p. 255).

Portanto, ocupações como professoras ou enfermeiras possuíam, além da associação ao perfil “materno cuidador”, baixas remunerações e condições de trabalho precárias. Por fim, o predomínio de mulheres nessas funções era fundamentado pelo, suposto, “dom” ou “vocação” femininas.

Segundo Guedes (2004), a partir da década de 1950 a presença feminina cresce em todos os níveis educacionais, inclusive no ensino superior. Através de dados dos Censos Demográficos, entre os anos de 1970 e 2000, a autora percebe que a presença das mulheres nas universidades salta, respectivamente, de 25% para 53%. Entretanto, esse crescimento seria responsável por dissimular alguns aspectos de exclusão, isto pois, as mulheres continuariam concentradas nas carreiras de menor prestígio e pior remuneradas.

Ribeiro (2007) nos diz que a desigualdade de g nero no mercado de trabalho   marcante a ponto de que, ainda hoje, pode-se utilizar a posi o de classe do marido como referência da posi o da família. Isto, pois, as mulheres estariam em ocupa es de menor prestígio e remunera o que seus maridos. Lima (1999) vai além e chama a aten o para o fato que, independentemente do crescimento que a participa o feminina teve no mercado de trabalho e no acesso ao ensino superior, ele não se d  de forma igualitária dentro do próprio grupo. Mulheres negras são as que se encontram em situa es mais desvantajosas, concentradas em cursos e ocupa es na base das rela es de prestígio e remunera o. Nesse sentido:

Ensino Superior e desigualdades sociais: características dos estudantes da UFRB por grau de prestígio de seus cursos – Vinícius de Lacerda Miranda – p. 60-103

Os cursos claramente mais femininos são: pedagogia, secretariado executivo, nutrição, fonoaudiologia, serviço social, enfermagem, psicologia, letras, arquivologia & biblioteconomia, biomedicina, turismo, farmácia, biologia, odontologia e arquitetura & urbanismo & design. Os cursos mais masculinos, por sua vez, são: engenharia, agronomia, ciências econômicas, teatro & música, estatística, física & química, matemática, história & filosofia, geografia, veterinária & zootecnia, direito, educação física & fisioterapia & terapia ocupacional, administração, tecnológicos e medicina. De fato, há maior probabilidade de encontrarmos mulheres em cursos relacionados à docência e aos cuidados de saúde (CARVALHAES; RIBEIRO, 2019, p. 215).

Além de nos apontarem os cursos com a maior participação feminina, os autores também nos informam que graduar em um curso de ensino superior apresenta uma diferença na percepção salarial que chega a ser de 36,5% a mais para homens (CARVALHAES; RIBEIRO, 2019, p. 215). Isso é o que Ávila e Portes (2012) chamam de “guetificação” feminina. Segundo as autoras, além do fato de certas ocupações continuarem associadas à antiga ideia do cuidar e servir, para muitas mulheres, principalmente de grupos mais populares, o fazer universidade se mostra um desafio cotidiano, visto que precisam conciliar “triplas jornadas” (trabalho, casa e estudos). Para ter sucesso elas necessitam que exista cooperação familiar e precisam, também, desenvolver estratégias que ajudem na permanência, como por exemplo, a escolha do curso e o uso racional do tempo.

A grande maioria das mulheres ingressou em cursos de licenciatura de baixo prestígio social (80%), com predominância para o curso de Pedagogia (40%). Nem sempre o curso em que foram aprovadas era o curso desejado inicialmente, mas era o curso possível. A maior parte das mulheres (60%) tinha outra opção de curso que não aquele em que ingressaram, como nos casos de Sara e Dalila, que pretendiam fazer, respectivamente, Engenharia Mecânica e Medicina, mas acabaram optando por Matemática e Pedagogia como via de acesso à universidade (ÁVILA; PORTES, 2012, p. 823).

Assim, apesar do crescimento do número de mulheres em instituições de ensino superior, as condições às quais muitas delas estão submetidas, interferem no processo de escolha e de permanência nos cursos. Assim como o sexo e a cor/raça, um último

Ensino Superior e desigualdades sociais: características dos estudantes da UFRB por grau de prestígio de seus cursos – Vinícius de Lacerda Miranda – p. 60-103

fator que iremos considerar nessa análise é a diferença na formação escolar. Já mencionamos anteriormente que a escola pública, no Brasil, é uma estrutura racializada e que a maior parte de seus alunos são negros e em condição de desigualdade, através de nova exclusão social caracterizada pelo sucateamento dessas unidades. Aqui, torna-se relevante a contribuição de Barbosa (2011), a qual ratifica esse argumento. A autora nos diz que as diferenças nos processos educativos se transformam em desigualdades sociais, além disso, entre os elementos que influenciam no sucesso escolar destacam-se a expectativa, escolaridade e posição social dos pais, a qualidade da escola, inclusive, cor/raça e sexo que já comentamos.

Para Ribeiro (2011), o sistema de ensino brasileiro é bastante estratificado, isso o torna um dos principais meios de reprodução de desigualdades. Em sua análise, o autor elenca alguns elementos que influenciam no sucesso escolar das crianças. Além dos já citados, Ribeiro também chama atenção para a capacidade ou recursos líquidos que a família dispõe para se poder investir em escolas melhores ou reforços pré-universitários. Assim, considerando que o tipo de escola impacta no rendimento escolar, instituições federais e privadas teriam ampla vantagem sobre a escola pública, isso culminaria em nova desigualdade nos processos seletivos e ingresso nas universidades.

Para completar o ensino médio (T3) as vantagens são de quatro vezes mais chances para quem estudou em escola privada do que em pública, e 2,3 vezes para quem estudou em escola pública federal do que em pública. Indivíduos que estudam em escolas públicas federais têm dezenove vezes mais chances de entrar na universidade (T4) do que indivíduos que estudaram em escola pública, e indivíduos que estudaram em escolas privadas têm quinze vezes mais chances de entrar do que aqueles que estudaram em escolas públicas (RIBEIRO, 2011, p. 62).

Podemos perceber, então, que os discentes são diferentes em vários aspectos, suas características, suas trajetórias, experiências, desejos e muitos outros atributos. Em muitos casos, essa diferença se traduz em desigualdades nas condições de acesso às universidades. Massi e Villani (2014) percebem que diferentes elementos influenciam na aprovação, entretanto, eles sugerem que, além desses fatores, pesa também um

Ensino Superior e desigualdades sociais: características dos estudantes da UFRB por grau de prestígio de seus cursos – Vinícius de Lacerda Miranda – p. 60-103

fenômeno conhecido como “autosseleção”, quando alunos se inscrevem em cursos diferentes do que querem por não se sentirem capazes de serem aprovados.

Bourdieu, que já chamou esse fenômeno de “probabilidade objetiva” (2014) ou “causalidade do provável” (2015), diz que as chances de acesso a certos níveis acadêmicos possuem relação com a classe social de origem. Isso, pois, o indivíduo tenderia a ajustar sua vocação com as condições objetivas que está acostumado e com os valores apreendidos através do *ethos* de classe. Segundo o autor:

(...) observa-se que os estudantes são tanto mais modestos em suas ambições escolares (como, aliás, na avaliação de seus resultados) e tanto mais limitados em seus projetos de carreira quanto mais fracas forem as oportunidades escolares oferecidas às categorias de que fazem parte. Da mesma forma, apesar da irrealidade e da irresponsabilidade ligadas ao simples desejo verbal e a despeito do efeito de imposição da legitimidade que a entrevista exerce por si, a parte dos pais que julgam “normal” o ingresso de seus filhos na universidade passa de 13% entre os operários para 22% entre os empregados e quadros médios e para 69% entre os quadros superiores; inversamente, a parte daqueles que estimam que tal ingresso “muito difícil” ou “impossível” passa de 41% entre os operários para 27% entre os empregados e para 3% entre os quadros superiores e membros das profissões liberais” (BOURDIEU, 2015, p. 98-99).

Portanto, entender que os indivíduos podem associar suas chances de sucesso com sua classe de origem nos auxilia a compreender, em partes, a construção das desigualdades de acesso. Entretanto, apenas o processo de “autoeliminação” não dá conta de explicar os motivos da escolha de um curso. Os indivíduos também levam em consideração outros fatores, tanto subjetivos quanto objetivos. Os discentes precisam ponderar sobre aspectos de ordem simbólica, mas também de natureza prática e material. Eles procuram para si as melhores condições para o estudo e sucesso, entre elas, apenas como exemplos, podem ser o nível de concorrência, o melhor horário das aulas, uma instituição localizada em região com transporte acessível, bolsas-auxílio ou, simplesmente, o prestígio do curso e o *status* que ele pode oferecer.

Assim, na hora de escolher um curso universitário os estudantes combinam preferências individuais por determinadas áreas do

Ensino Superior e desigualdades sociais: características dos estudantes da UFRB por grau de prestígio de seus cursos – Vinícius de Lacerda Miranda – p. 60-103

conhecimento com avaliações objetivas sobre suas chances de entrar ou não em cursos mais seletivos. Nesse sentido, a estratificação horizontal entre cursos universitários em termos de classe, sexo e raça são fruto de escolhas individuais que dependem tanto de preferências quanto de avaliações relativamente objetivas das reais chances de entrar ou não em cursos mais seletivos (CARVALHAES; RIBEIRO, 2019, p. 221).

Apenas com a pouca literatura que citamos, podemos perceber que o grupo sob a nomenclatura “aluno” não é composto por um sujeito monolítico. Esse grupo é formado por uma multiplicidade de indivíduos, em aspectos e características que, às vezes, tornam-se obstáculos na trajetória acadêmica. Essas dificuldades ficam refletidas nos dados oficiais e na exclusão de determinados grupos sociais até, praticamente, o começo da década de 2000.

É nesse contexto que as políticas de ações afirmativas e, principalmente, a Lei de Cotas, estabelecem uma mudança qualitativa e quantitativa no acesso ao ensino superior. Elas tornam “possíveis”, para grupos de pouca ou nenhuma tradição universitária, não só o sonho de ingresso no ensino superior, mas, também, em cursos de alto prestígio e que antes eram privilégios de grupos elitistas. Considerando esses elementos, vamos analisar, na próxima seção, os dados do Censup, com especial atenção ao perfil de estudantes da UFRB e como ele se comporta em uma divisão por ordem de prestígio.

PERFIL DOS ESTUDANTES DA UFRB DE ACORDO COM O CENSO DO ENSINO SUPERIOR

É de conhecimento público que os candidatos a universitários concorrem pelas vagas através do Sistema Unificado de Seleção Unificada – SISU, no qual utilizam sua pontuação obtida no Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM. Esse tipo de seleção meritocrática, nitidamente, valoriza aqueles que obtiveram pontuações maiores e que, portanto, têm mais chances de escolher o curso e a universidade que desejam. É nesse momento que a Lei 12.711/2012 se torna essencial e como grande potencial de equalização das oportunidades. Ela garante que metade dessas vagas sejam destinadas a

Ensino Superior e desigualdades sociais: características dos estudantes da UFRB por grau de prestígio de seus cursos – Vinícius de Lacerda Miranda – p. 60-103

negros, indígenas, alunos em vulnerabilidade socioeconômica e deficientes e egressos de escolas públicas. Sabendo disso, podemos nos questionar, como as universidades têm usado as reservas de vagas? Como está composto o corpo estudantil? As cotas têm sido o bastante para democratizar o ensino superior? Qual papel a UFRB tem exercido nesse contexto?

Para responder a essas questões vamos utilizar os dados do Censo do Ensino Superior. Inicialmente, porque essa se mostra uma base de dados confiável, visto que todas as faculdades e universidades precisam encaminhar, anualmente, os dados solicitados no censo para o Ministério da Educação – MEC e, em seguida, são disponibilizados em forma de microdados pelo Instituto Anísio Teixeira – INEP. O nosso recorte temporal adotado teve início em 2014, correspondente a primeira oferta de vagas para o curso de Medicina na UFRB e que pode ter provocado mudanças no perfil dos alunos. Ele se encerra em 2018, limite de disponibilização dos dados no site do INEP, na data em que fizemos esse levantamento.

Nosso objetivo nos leva, basicamente, a uma análise descritiva do perfil de alunos que compõem a UFRB. Entretanto, levantamos, também, os dados de outro perfil constituído pela média entre os resultados apresentados pelas universidades públicas da Bahia (estaduais e federais)⁵, o qual tomaremos como referência e contraponto. Entendemos que a Bahia é um estado amplo e diverso o bastante, principalmente se considerarmos a extensão de seu território ou o número de habitantes. Além disso, o estado possui um número relevante de universidades, o que torna válida a comparação. Sendo assim, utilizamos na análise apenas os dados ligados à UFRB e às demais universidades públicas na Bahia.

O passo inicial consistiu em identificar, “nomear”, todos os cursos de todas as IES no recorte da pesquisa. Dizemos isso, pois, dentro dos microdados, na coluna “curso”, constam apenas códigos de identificação. Assim, foi necessário consultar, na

⁵ São elas, estaduais: Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC e Universidade do Estado da Bahia – UNEB. As federais são: a Universidade Federal da Bahia – UFBA, a Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB, a Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB e a própria Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.

plataforma E-MEC, o valor (nome) correspondente a cada código. Em seguida, classificamos todos os cursos dentro das ordens de prestígio, criando as variáveis *Alto*, *Médio* e *Baixo*. A partir daí, fizemos o levantamento das frequências e das relações entre elas.

Já, no início de nossa análise, nos deparamos com um problema. Os dados referentes à categoria “cor/raça” apresentam um número grave de ausências, conforme podemos ver na tabela abaixo:

Tabela 3 – Dados ausentes sobre cor/raça no censo Bahia e UFRB – 2014 a 2018 (%)

	2014	2015	2016	2017	2018
Bahia	70,65%	62,14%	53,16%	45,58%	36,78%
UFRB	77,24%	55,85%	42,88%	30,24%	20,64%

Fonte: Elaboração própria a partir de microdados – Censo do Ensino superior, obtidos junto ao INEP.

Desconhecemos os motivos que possam explicar tamanha perda de dados. O que sabemos é que as fichas e formulários que os alunos preenchem para cadastro nas instituições, normalmente, trazem a questão sobre a forma de autodeclaração. Além disso, mesmo se somado, o quantitativo de alunos que preferiram por “não se declarar” dificilmente atingiria números tão elevados. Essa ausência de dados nos leva a crer que conhecer a cor/raça dos estudantes não fazia parte do conjunto de prioridades para essas instituições.

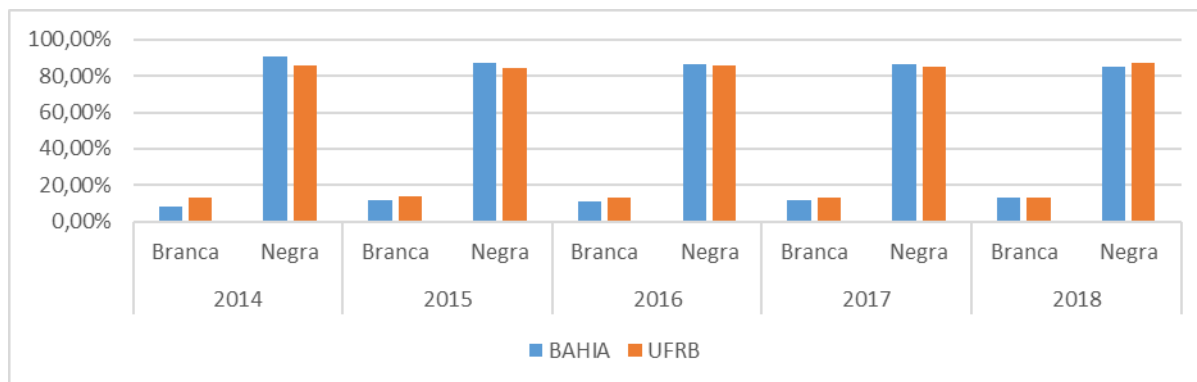
Nos detendo mais um pouco sobre essa tabela, notamos que em 2014 a UFRB possuía uma perda de dados maior que a média da Bahia. Além disso, com números de casos ausentes dentro da ordem de 70%, podemos afirmar que, na prática, as universidades da Bahia desconheciam a composição por cor/raça de seus discentes. Porém, esse quadro muda em pouco espaço de tempo, ao ponto que, no final do período, a UFRB passa a apresentar números melhores que a média do estado. Isso sugere uma mudança de mentalidade, talvez, causada pela Lei de Cotas e a necessidade de maior controle das vagas reservadas.

Apesar da ausência de dados e considerando nosso contexto histórico e social, entendemos que nossa análise precisa observar e discutir o elemento cor/raça. Sabendo

Ensino Superior e desigualdades sociais: características dos estudantes da UFRB por grau de prestígio de seus cursos – Vinícius de Lacerda Miranda – p. 60-103

disso, deixamos aqui uma ressalva para o leitor: todos os nossos gráficos e observações, quando mencionam essa variável, foram calculadas apenas com os valores válidos e, por isso, a Tabela 3 precisa ser sempre levada em consideração.

Gráfico 1 – Comparação entre graduandos(as) Bahia e UFRB por cor/raça – 2014 a 2018 (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de microdados - Censo do Ensino Superior, obtidos junto ao INEP.

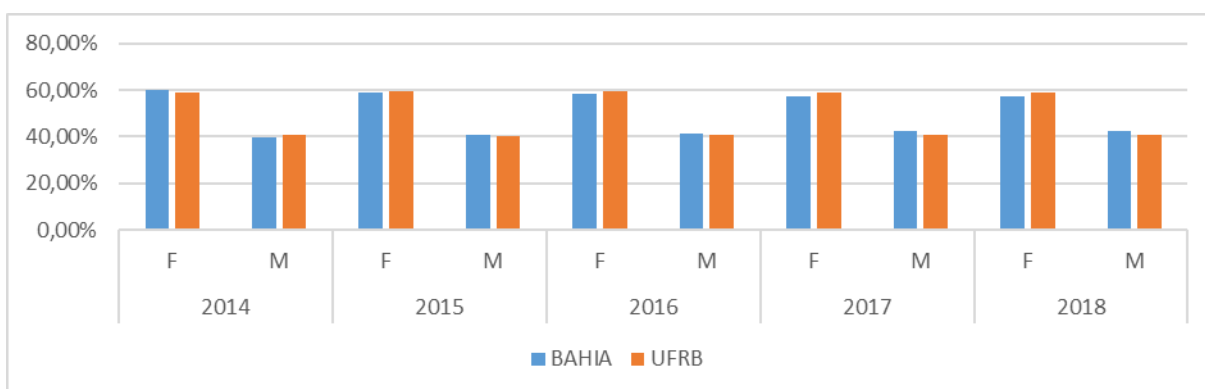
Sendo assim, analisando as frequências que a variável cor/raça apresenta, é interessante notar que, ao longo do recorte temporal e com o crescimento da representatividade dos dados, a divisão proporcional entre “negros” e “brancos”⁶ assume contornos muito parecidos, tanto entre os dois perfis (Bahia e UFRB) quanto em relação ao início e o fim do período. No ano de 2018, pretos e pardos somavam 51,2% dos matriculados das instituições federais de ensino superior no país (ANDIFES, 2018, p. 21). No mesmo ano, Bahia (84,91%) e UFRB (86,69%) apresentaram índices elevados da presença negra e consideravelmente maiores que a média nacional. Esses dados assumem relevância, principalmente, se considerarmos que essa população representava cerca de 79,7% dos habitantes no estado, em 2019⁷, desta maneira, a representação de pretos e pardos nas universidades baianas chega a ser, percentualmente, maior que sua população.

⁶ Optamos por excluir da análise os dados sobre Amarelos e Indígenas, pois, somados representavam menos de 3% dos casos. Isso não significa, contudo, que esses grupos não mereçam estudos apropriados sobre as condições de ingresso e desigualdades às quais estão submetidos. Essa análise, no entanto, fica como sugestão que fazemos para a comunidade acadêmica.

⁷ Dados PNAD-IBGE disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/pesquisa/10086/76551>.

Sobre a divisão de discentes por sexo, percebemos que existe uma predominância da participação feminina. A UFRB possui ligeira vantagem sobre a Bahia, desde o ano de 2015, em média, mulheres representam 59% do número total de matriculados. Considerando esses dados, mas fazendo uma intersecção com o que nos informa o Gráfico 1 (cor/raça), surge um questionamento: em quais cursos negros e mulheres, que são maioria dos estudantes, têm ingressado?

Gráfico 2 – Graduandos(as) Bahia e UFRB por sexo – 2014 a 2018 (%)

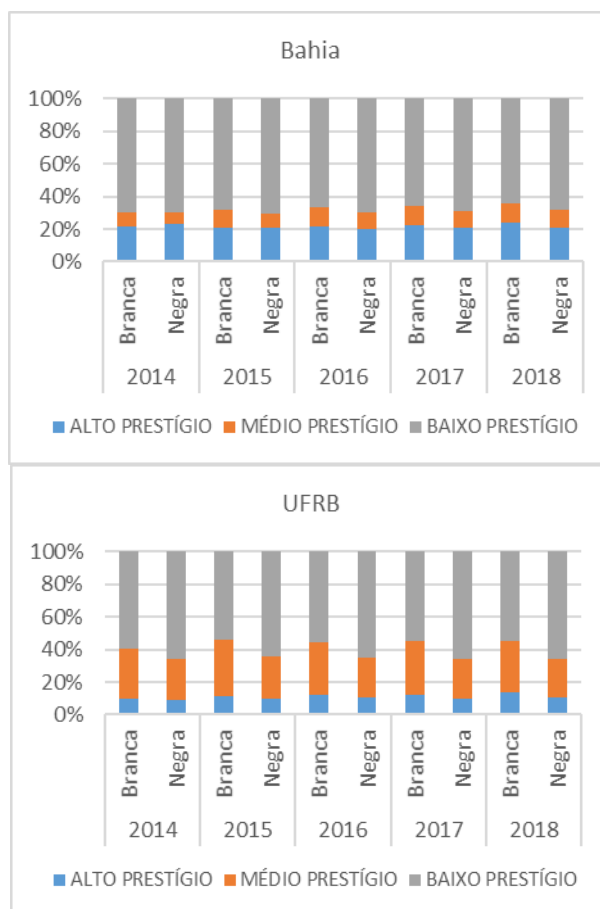


Fonte: Elaboração própria a partir de microdados - Censo do Ensino Superior, obtidos junto ao INEP.

Podemos fazer a leitura desses dados tanto de forma absoluta, quanto de um ponto de vista relativo. Em números absolutos, a população negra é maioria em todas as categorias. Entretanto, o Gráfico 3 nos ajuda a entender como se dá a proporção dessas populações dentro dos cursos, organizados por nível de prestígio. Os cursos de “Baixo prestígio” apresentam maior representatividade, até por uma lógica simples, o maior número de cursos corresponde a mais vagas. Porém, são cursos que apresentam maior presença de estudantes negros, independentemente do perfil.

Enquanto isso, quando olhamos os grupos de Médio e Alto prestígios, podemos verificar que as relações são diferentes. Neles, os indivíduos brancos são os que apresentam maior vantagem proporcional, relação que se destaca, especialmente, no grupo Médio. Fato, o qual, ratifica as conclusões apresentadas pela literatura.

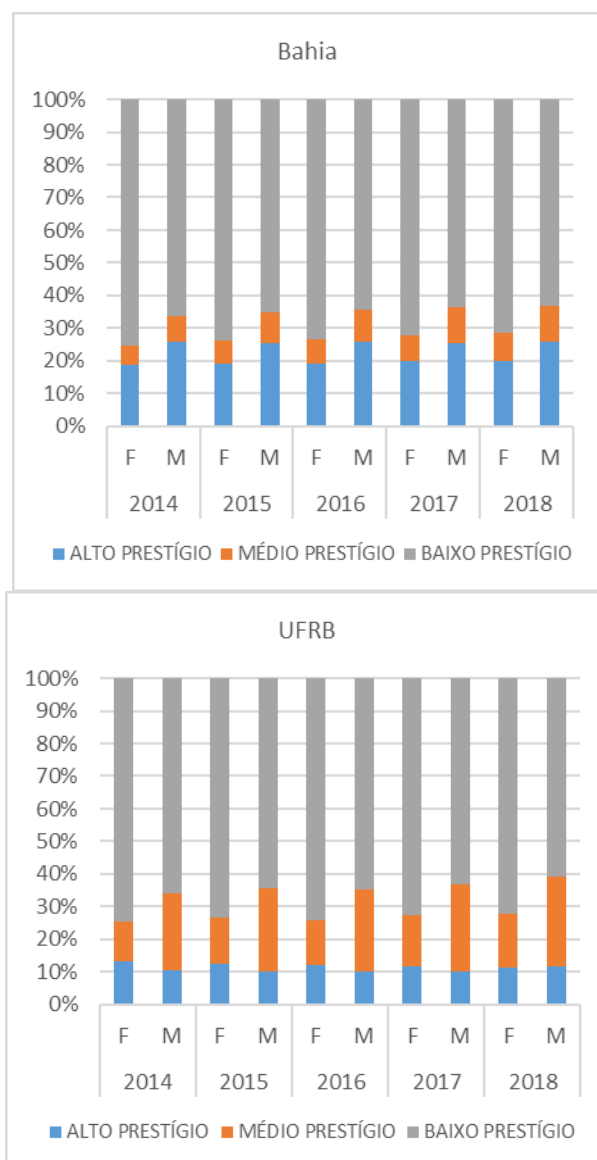
Gráfico 3 – Graduandos(as) Bahia e UFRB por cor/raça e grau de prestígio do curso – 2014 a 2018 (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de microdados - Censo do Ensino Superior, obtidos junto ao INEP.

O Gráfico 4, por sua vez, nos demonstra como se dá a relação entre os níveis de prestígio dos cursos, vistos sob a perspectiva da categoria sexo. As mulheres são maioria nos cursos de “Baixo prestígio”, independentemente do perfil considerado, se Bahia ou UFRB. É bom reiterar que nesse grupo é onde estão as licenciaturas, cursos de caráter pedagógico e enfermagem, portanto, formações associadas ao papel de cuidar, educar e servir. Mais uma vez, se considerada a literatura, esse é um resultado esperado.

Gráfico 4 – Graduandos(as) na Bahia e na UFRB por sexo e grau de prestígio do curso
– 2014 a 2018 (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de microdados - Censo do Ensino Superior, obtidos junto ao INEP.

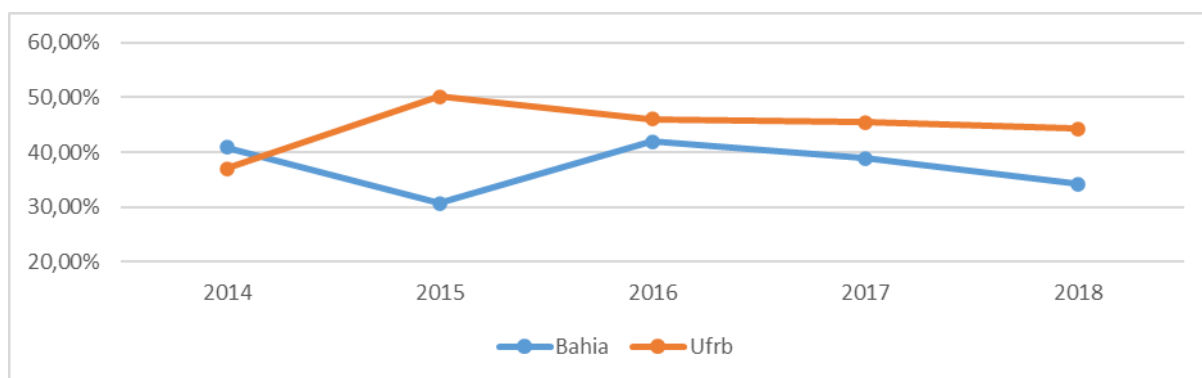
Fazendo a leitura do gráfico, apenas do prisma da Bahia, vemos que homens são maioria relativa nos cursos de médio e alto prestígios. Já, sob a ótica da UFRB, os dados mostram algumas dinâmicas próprias. Especificamente sobre o grupo de “Médio prestígio”, o qual é composto pelos bacharelados interdisciplinares, é bom lembrar que

Ensino Superior e desigualdades sociais: características dos estudantes da UFRB por grau de prestígio de seus cursos – Vinícius de Lacerda Miranda – p. 60-103

esses não são cursos que representam o objetivo final daqueles ali matriculados. Os BI's funcionam como um ciclo introdutório e seletivo para os cursos de terminalidades, que podem ser, inclusive, de alto prestígio. Esse grupo é o único que apresenta maioria relativa e absoluta masculina. As formações de alto prestígio, por sua vez, iniciam a série com maioria feminina, entretanto, em 2018 sofrem uma inversão. Este é o primeiro ano onde homens possuem vantagem proporcional sobre as mulheres. Acreditamos que um dos motivos que possa explicar esse movimento é, justamente, a função que os BI's exercem no acesso a essas graduações.

Como mencionamos anteriormente, a Lei 12.711/2012 orientou a reserva de 50% das vagas oferecidas em ensino superior público para estudantes negros, indígenas, em vulnerabilidade socioeconômica. Apesar de existirem categorias diferentes, a condição comum para todos é que os candidatos precisam ser egressos de escola pública. Sob essas condições, podemos notar que existe o esforço, por parte da lei, em tentar oportunizar o acesso para indivíduos originários de grupos com pouca tradição universitária. Nesse sentido, o Gráfico 5 demonstra o levantamento do número de ingressantes, por ano, através da reserva por cotas.

Gráfico 5 – Percentual de vagas ocupadas por cotas na Bahia e UFRB – 2014 a 2018 (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de microdados - Censo do Ensino Superior, obtidos junto ao INEP.

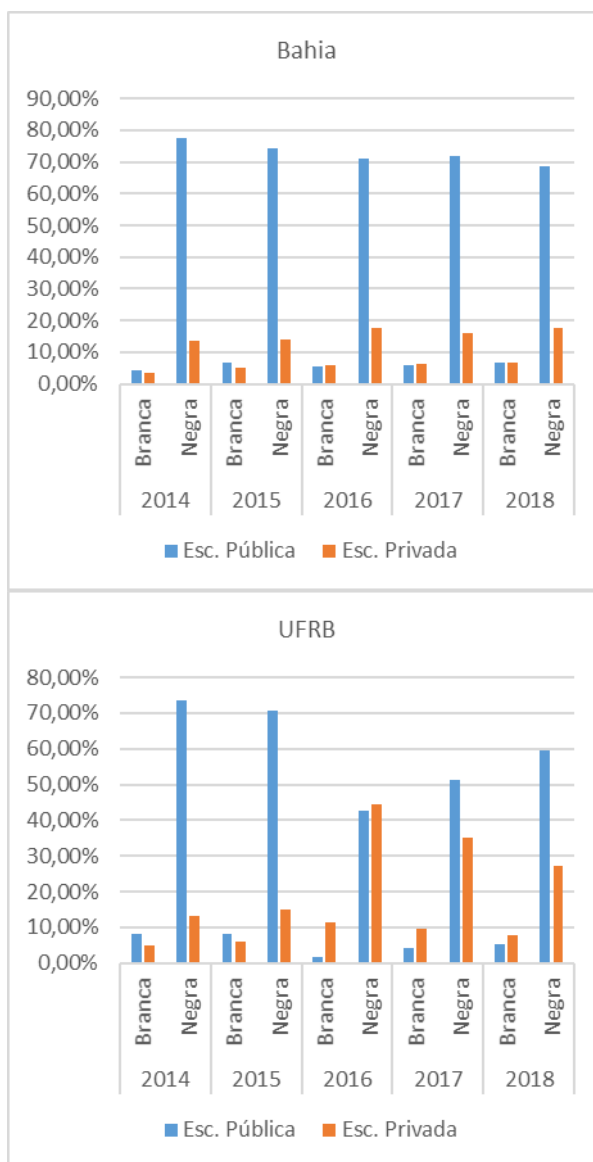
Para obter o resultado exibido no gráfico, o cálculo observou o número de ingressantes cotistas em relação ao número total de ingressantes por ano. Pelo que podemos constatar, as universidades na Bahia têm enfrentado dificuldades para Ensino Superior e desigualdades sociais: características dos estudantes da UFRB por grau de prestígio de seus cursos – Vinícius de Lacerda Miranda – p. 60-103

conseguir ocupar todas as vagas destinadas a discentes cotistas. No período analisado, 2015 foi o que apresentou pior desempenho e uma ocupação de, apenas, 30,72% das vagas. 2016 é o ponto oposto, ano de maior preenchimento e, mesmo assim, a taxa ficou em torno de 42%.

A Bahia termina a série sugerindo um decréscimo na ocupação dessas vagas. Os dados não conseguem nos responder os motivos desse comportamento, contudo, eles nos mostram que a UFRB realiza movimento diferente. No início da série, a universidade apresenta uma ocupação de, aproximadamente, 37% das matrículas de ingressantes por reservas de vagas. No ano seguinte, ela apresenta o seu melhor desempenho e chega a 50% de alunos matriculados através de algum tipo de cotas. Já, nos anos entre 2016 e 2018, a instituição mantém uma média que oscila em torno dos 45%. O que nos chama atenção é o fato que, mesmo não utilizando todas as vagas por cotas, a UFRB, a partir de 2015, passa a assumir números maiores que o da Bahia. Em 2018, por exemplo, a Bahia matriculou 34,14% de seus ingressantes através das cotas, enquanto a UFRB matriculou 44,33%.

Os gráficos 6 e 7 nos mostram como se compõem os estudantes das IFES da Bahia e da UFRB, tomando como principal critério o tipo de escola em que concluíram o ensino médio. Logo nos chama atenção que a maior parte dos discentes são negros e de origem na escola pública. Na Bahia, alunos com essas características somam cerca de 77,67%, em 2014. Esse grupo apresenta um movimento de descenso e, no final do recorte, representa 68,74% dos estudantes, o que já é um número elevado.

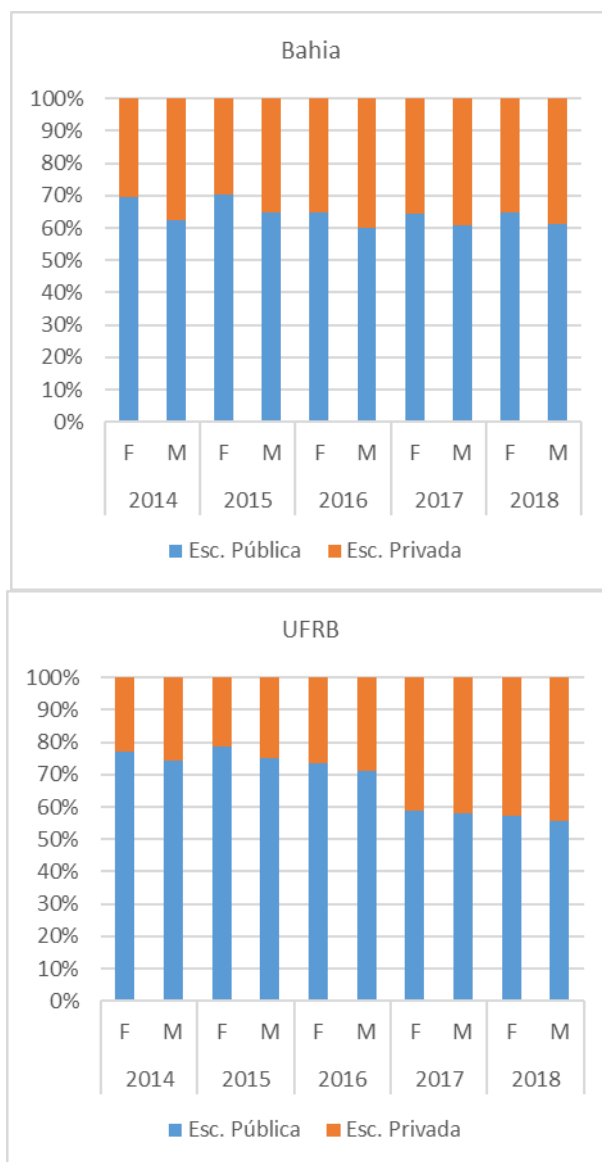
Gráfico 6 – Graduandos(as) na Bahia e na UFRB por tipo de escola e cor/raça – 2014 a 2018 (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de microdados - Censo do Ensino Superior, obtidos junto ao INEP.

Ensino Superior e desigualdades sociais: características dos estudantes da UFRB por grau de prestígio de seus cursos – Vinícius de Lacerda Miranda – p. 60-103

Gráfico 7 – Graduandos(as) na Bahia e na UFRB por tipo de escola e sexo – 2014 a 2018 (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de microdados - Censo do Ensino Superior, obtidos junto ao INEP.

Quando fazemos essa leitura observando a divisão por sexo, vemos que a maior parte dos ingressantes oriundos da rede pública são mulheres. Já sobre os discentes egressos de escolas particulares, proporcionalmente, homens possuem vantagem. Isso vale tanto para a Bahia quanto para a UFRB. No entanto, na Federal do Recôncavo, o

Ensino Superior e desigualdades sociais: características dos estudantes da UFRB por grau de prestígio de seus cursos – Vinícius de Lacerda Miranda – p. 60-103

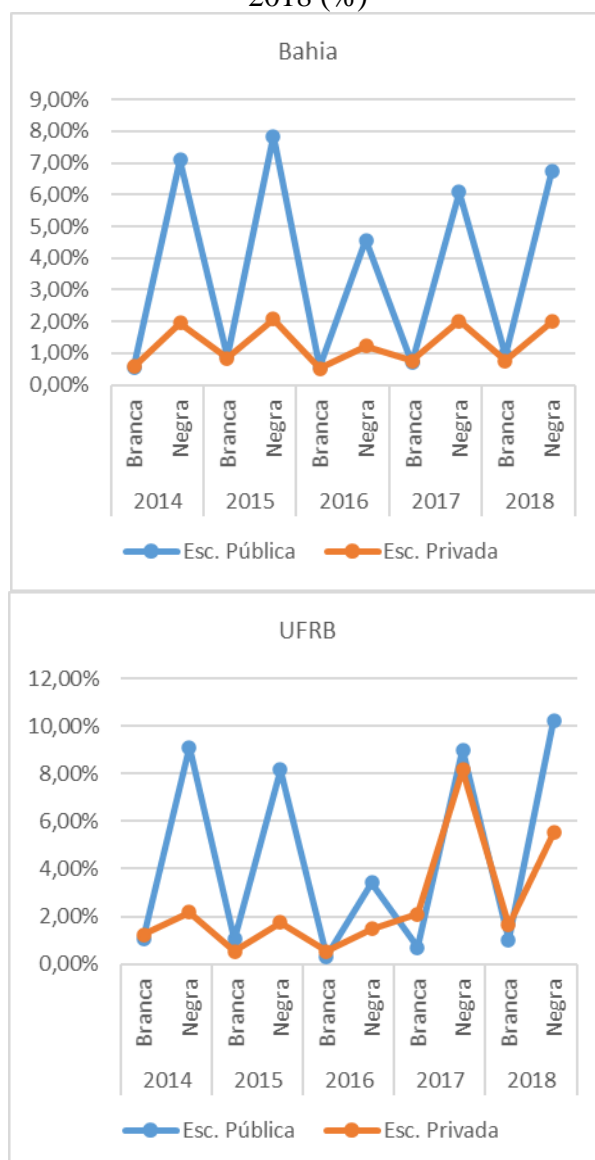
ano de 2016 marca o início de uma tendência de crescimento desses estudantes. Egressos da rede privada que representavam 27,36% em 2016, somam 43,4% em 2018.

Poderíamos afirmar, sob um aspecto geral, que a maior parte da população estudantil nas IFES da Bahia são mulheres, negras e formadas na escola pública. Uma vez matriculadas, o que acontece com elas? Com os dados do Censup podemos observar os índices de “sucesso” dessas universidades, ou melhor, a forma como esses alunos saíram de seus cursos. Pensando nisso, o Gráfico 8 nos mostra o número percentual de discentes que solicitaram desligamento. Para calcular esses índices, tomamos como referência o número de desligamentos dividido pelo número total de alunos⁸.

O primeiro fato que percebemos é que a maior parte das solicitações de desligamento parte de discentes egressos de escolas públicas. Aparentemente, isso poderia ser um efeito natural, visto que a maior parte da população dessas universidades é formada nesse tipo de escola. Porém, se observarmos especificamente estudantes brancos, veremos que as taxas de desligamento são relativamente baixas, independentemente do tipo de escola onde eles formaram. Esse padrão de comportamento é muito semelhante nas médias da Bahia e, também, da UFRB.

Quais motivos levam um estudante a desistir da sua formação? Existem motivos diferentes para cada indivíduo ou grupo? Não temos como responder a essas perguntas qualitativamente, entretanto, quando observamos os dados e, especialmente, para estudantes negros, notamos que eles representam a maioria dos desistentes, a despeito do tipo de escola. Ainda assim, negros e negras egressos do ensino médio público são, em média, duas vezes o número dos outros tipos de desistentes juntos. Logo, independentemente de quais fatores acarretem desligamentos, estes pesam muito mais para discentes pretos e pardos, egressos de escola pública do que para outras categorias.

⁸ Para as taxas de cancelamento e, também, para a taxa de sucesso preferimos adotar o cálculo mencionado porque ele nos oferece uma perspectiva com o universo de alunos matriculados no período. A UFRB, por exemplo, prefere calcular essas taxas sobre o número de alunos ingressantes.

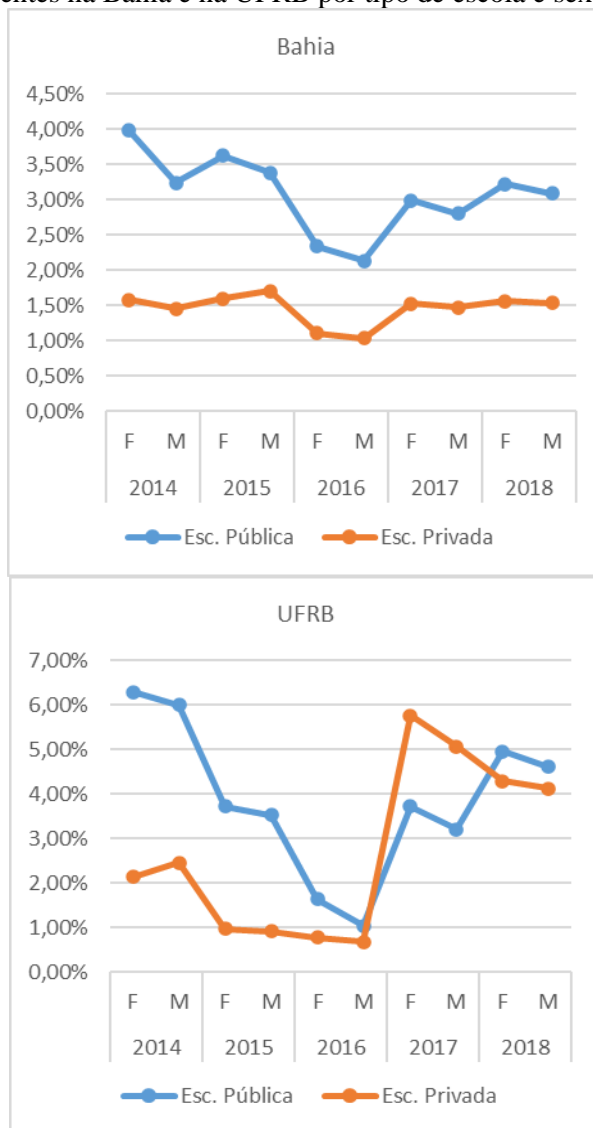
Gráfico 8 – Desistentes na Bahia e na UFRB por tipo de escola e cor/raça – 2014 a 2018 (%)

Fonte: Elaboração própria a partir de microdados - Censo do Ensino Superior, obtidos junto ao INEP.

Ainda sobre os desligamentos, a UFRB, no geral, possui um padrão muito parecido com aquele apresentado pela média da Bahia. No entanto, os anos de 2016 e 2017 apresentam uma discrepância, provavelmente, reflexo da greve de servidores de 2016 e mesmo isso se torna algo interessante. A Resolução 003/2017 CONAC (UFRB,

2017) indicava o começo das aulas do semestre 2016.2⁹ apenas para maio de 2017. Esse atraso no começo das aulas pode ter influência direta no número de desistentes. O pedido de desligamento de alunos brancos, egressos de escola particular, aumentou três vezes em 2017, se comparado com a média dos períodos anteriores. Se fizermos o mesmo cálculo, o desligamento de alunos negros de rede particular foi quatro vezes e meia maior que a média de períodos anteriores.

Gráfico 9 – Desistentes na Bahia e na UFRB por tipo de escola e sexo – 2014 a 2018 (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de microdados - Censo do Ensino Superior, obtidos junto ao INEP.

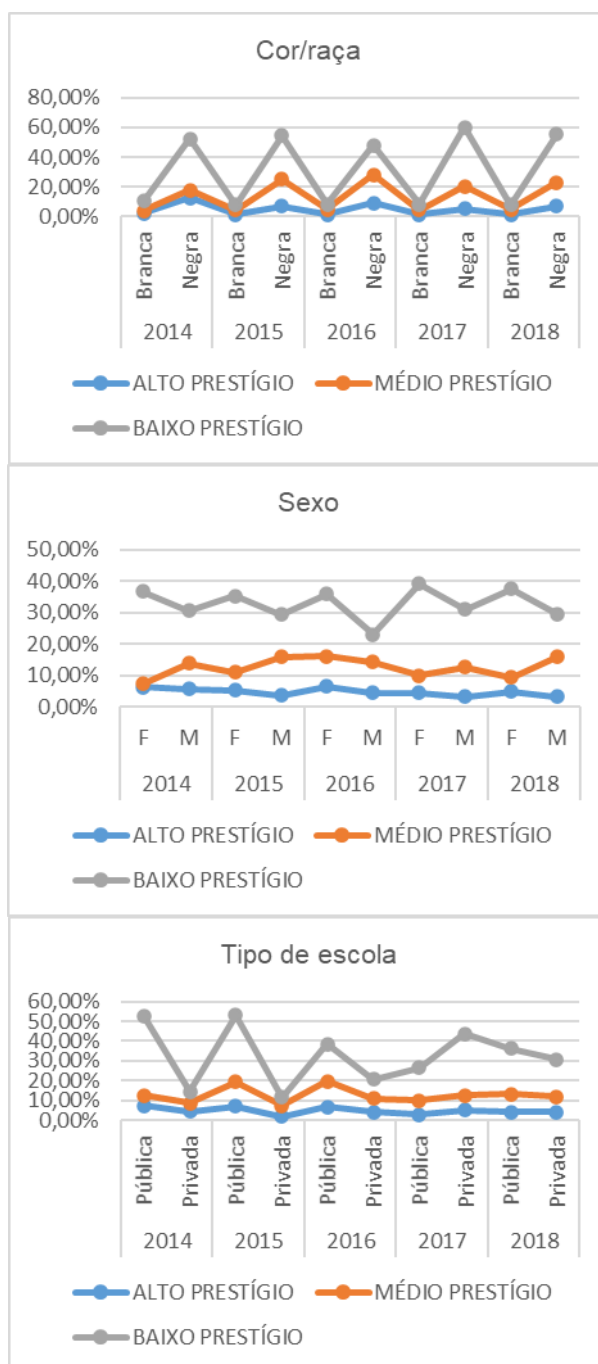
⁹ Renomeado para 2017.1, conforme motivo explicado em nota número 6.

Fazendo, agora, a leitura das solicitações de cancelamento por sexo, podemos perceber que as mulheres representam a maior parte do número de desistentes, em números totais¹⁰. Além disso, quando associamos sexo e tipo de escola, o cancelamento de matrículas de mulheres, egressas de escola pública é o mais comum em, praticamente, toda a série. Existe apenas uma exceção, a UFRB, no ano de 2017. Inclusive, esse é o único recorte em que pedidos de cancelamentos de alunos egressos de escolas particulares superam o pedido de alunos de escola pública, tanto para homens quanto para mulheres.

Em resumo, mulheres pretas e pardas egressas de escola pública representam o maior número de cancelamentos de matrículas, em ambos os perfis. Além do mais, quando confrontamos Bahia e UFRB, o percentual total de desligamentos nesta última é maior do que na média do estado. Durante o período do recorte, os alunos evadidos na Federal do Recôncavo foram, em média, 45,1% a mais do que na Bahia.

O conjunto de gráficos 10 demonstra como ficam divididos os cancelamentos de curso por ordem de prestígio dos cursos, também considerando variáveis como cor/raça, sexo e tipo de escola, mas, especificamente da UFRB. Independentemente da variável considerada, podemos notar que o maior número dos casos está associado às formações de baixo prestígio. Também podemos observar que o grupo formado por cursos de alto prestígio perfaz o comportamento oposto, ele possui o menor número de solicitações dessa natureza.

¹⁰ Os percentuais de desistentes por total de aluno, entre 2014 e 2018 são: Bahia, respectivamente, 10,25%; 10,31%; 6,62%; 8,79%; 9,40%; e UFRB, 16,88%; 9,13%; 4,13%; 17,75%; 17,96%.

Gráfico 10 – Desistentes na UFRB por nível de prestígio – 2014 a 2018 (%)

Fonte: Elaboração própria a partir de microdados - Censo do Ensino Superior, obtidos junto ao INEP.

Analisando individualmente cada variável, podemos notar que o grupo de estudantes negros soma o maior número de cancelamentos em todos os níveis e em todo

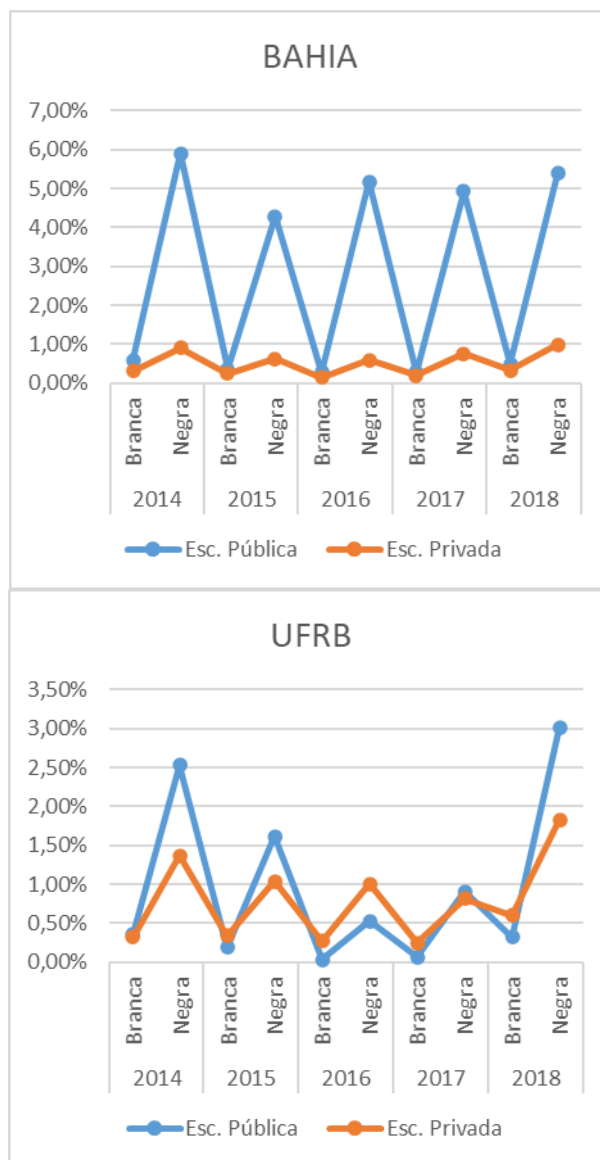
Ensino Superior e desigualdades sociais: características dos estudantes da UFRB por grau de prestígio de seus cursos – Vinícius de Lacerda Miranda – p. 60-103

o período observado. Entretanto, cabe ressaltar, pretos e pardos de cursos de baixo prestígio significam, aproximadamente, cinquenta por cento de todas as solicitações da universidade. Enquanto isso, sob a variável sexo, o grupo de médio prestígio é o único no qual homens possuem maior número de solicitações de cancelamento. Já nos grupos de alto e baixo prestígios, as mulheres são o grupo que mais possuem vínculos cancelados. Por fim, considerando o tipo de escola, entre os anos de 2014 e 2016, os discentes egressos da rede pública somavam a maior parte dos desligados em todos os níveis. Em 2017 essa relação apresenta uma inversão. Como dissemos anteriormente, nesse ano o pedido de desligamentos por discentes egressos de escola particular é superior, o que vemos aqui é que esse efeito é verificável em todos os níveis de prestígio.

Dando prosseguimento em nossa análise, os gráficos 11 e 12 representam as taxas de sucesso nos cursos de graduação. Chamaremos de “sucesso” os discentes que conseguiram a obtenção do grau de nível superior e seu respectivo título. Aqui, mantivemos a mesma forma de cálculo (número de formados dividido pela quantidade total de alunos), principalmente, para poder tornar viável comparações com resultados anteriores. Em ato contínuo, fizemos a relação de discentes formados por tipo de escola, cor/raça e sexo.

Assim como no número de desligados, na Bahia, a maior quantidade de formados são alunos negros e originários de escolas públicas, os quais correspondem, na média do período, a 78% desses egressos. Enquanto isso, um fato que nos chama atenção é que concluintes, originários de escola particular, são mais representativos na UFRB (45,05%) do que nas médias do estado (15,4%). Esse fato concorre para explicar o motivo, o qual, a média de formandos negros, provenientes de escola pública, na Federal do Recôncavo, é de 46,31%, apenas.

Gráfico 11 – Formados na Bahia e na UFRB por tipo de escola e cor/raça – 2014 a 2018 (%)



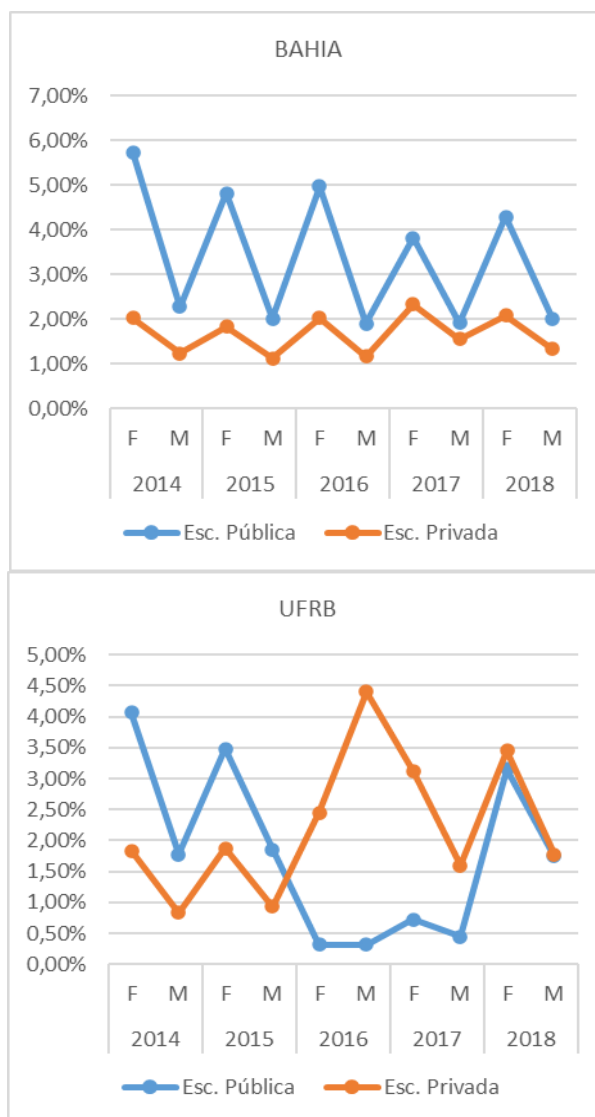
Fonte: Elaboração própria a partir de microdados - Censo do Ensino Superior, obtidos junto ao INEP.

O Gráfico 12, por sua vez, faz a relação entre formandos por tipo de escola e sexo. Em linhas gerais, podemos afirmar que as IFES da Bahia¹¹ têm formado mais mulheres da rede pública, em uma média que chega a ser três vezes maior do que o

¹¹ Os percentuais de formandos por total de alunos nas universidades públicas na Bahia entre 2014 e 2018 são, respectivamente, 11,26%; 9,77%; 10,06%; 9,62% e 9,69%.

número de homens, também egressos desse tipo de escola. Quando olhamos para alunos egressos de escolas privadas, as IFES vivem um fenômeno similar e, também, formam mais mulheres que homens.

Gráfico 12 – Formados na Bahia e na UFRB por tipo de escola e sexo – 2014 a 2018 (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de microdados - Censo do Ensino Superior, obtidos junto ao INEP.

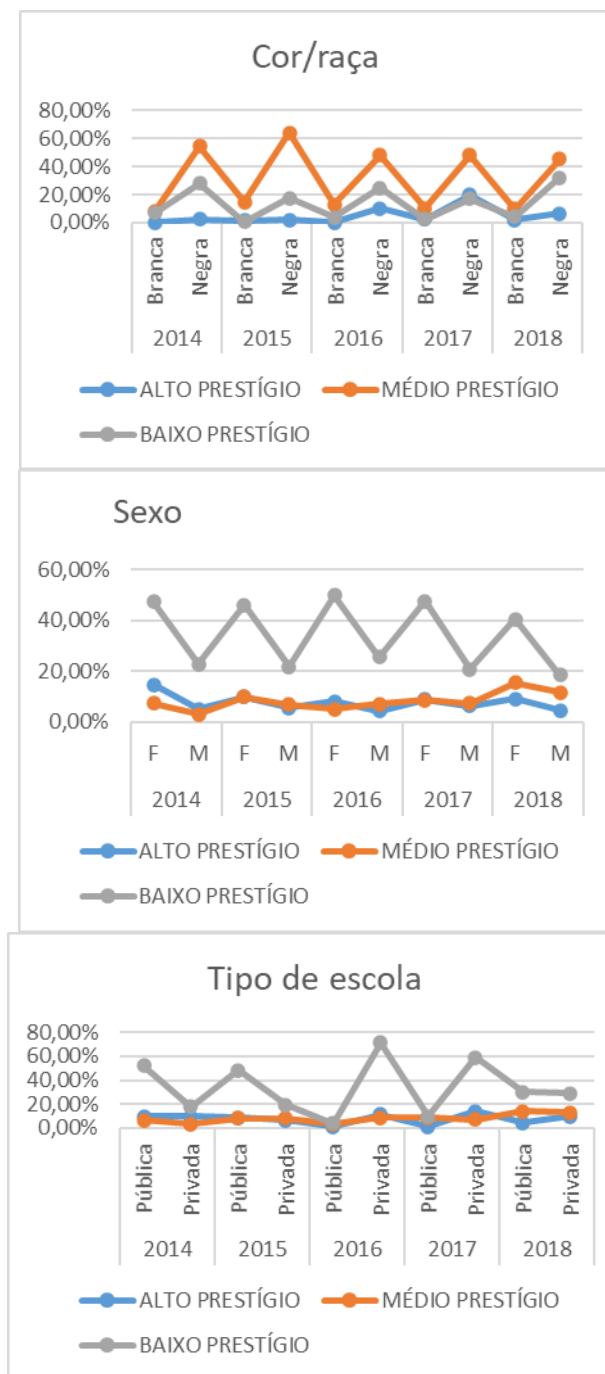
Ensino Superior e desigualdades sociais: características dos estudantes da UFRB por grau de prestígio de seus cursos – Vinícius de Lacerda Miranda – p. 60-103

Porém, quando visualizamos individualmente a UFRB¹², notamos que, a partir de 2016, a instituição percebe uma inversão no perfil de seus egressos. Apesar de a maioria deles ser composta por mulheres, quando associamos ao tipo de escola, passa a existir uma superioridade de formandas originárias da rede privada do ensino médio. Estas últimas correspondem, em média, a 32,9% dos concluintes de todo o período, enquanto mulheres de escola pública são 27,6%. Na Bahia esses valores equivalem a 20,5% e 46,7%, respectivamente.

O último conjunto de gráficos (13) direciona a nossa leitura dos dados sobre formandos na UFRB, divididos pelas ordens de prestígio dos cursos. Logo podemos notar que, quando vistos separadamente, a variável cor/raça apresenta uma projeção diferente das demais e que os cursos de médio prestígio são os que possuem o maior número de formandos. Esse fato decorre de uma preocupação maior da universidade no controle dos dados referentes a essa informação em cursos dessa natureza. Isso porque, os concluintes dos BI's precisavam passar por novo processo seletivo, antes do ingresso nas terminalidades. Assim, a universidade precisava manter o controle sobre as informações de modalidade de vaga e cor/raça. Este mesmo cuidado não existia da mesma forma com os cursos dos grupos Baixo e Alto. Como resultado, o grupo “Médio prestígio” apresenta maiores índices de sucesso e egressos quando considerada essa variável.

Observando os formandos através dos critérios de sexo e tipo de escola, vemos que o maior número de egressos da universidade provém de cursos de baixo prestígio. Além disso, mulheres compõem o maior número de concluintes na instituição em todos os níveis, mas estão sobrerrepresentadas, também, no grupo “Baixo prestígio”. Considerando a variável tipo de escola, os cursos de alto prestígio passam a ter maioria de formandos com origem em escola particular após o ano de 2016.

¹² Os percentuais de formandos por total de alunos na UFRB entre 2014 e 2018 são, respectivamente, 8,50%; 8,14%; 7,48%; 5,89% e 10,13%.

Gráfico 13 – Formandos na UFRB por nível de prestígio – 2014 a 2018 (%)

Fonte: Elaboração própria a partir de microdados - Censo do Ensino Superior, obtidos junto ao INEP.

Em resumo, podemos afirmar que a maior parte dos formandos nos cursos de baixo prestígio da UFRB é de negros, mulheres e de escola pública. Em paralelo,

Ensino Superior e desigualdades sociais: características dos estudantes da UFRB por grau de prestígio de seus cursos – Vinícius de Lacerda Miranda – p. 60-103

compõem a maioria dos concluintes nos cursos de alto prestígio, negros, mulheres, vindas de escolas da rede particular. Também podemos inferir que, durante os períodos entre 2014 e 2018, a UFRB tem formado menos que a média das IFES do estado. Além disso, comparando as taxas de formandos com as de cancelamentos, notamos que o número de desistentes é superior ao número de formados. Por exemplo, em 2018, que foi o ano com o maior percentual de alunos formados, somando todos os públicos, a Federal do Recôncavo graduou 10,13% de seus estudantes. No mesmo ano, o número de desistentes e cancelados representam 17,96%. No ano anterior, a proporção de cancelamentos chega a ser três vezes superior ao número de formados.

Quando consideramos os níveis de prestígio, percebemos que as solicitações de cancelamento se concentram em cursos dos grupos Baixo (67%) e Médio (24%). Cursos de alto prestígio representam, em média, 9% dos discentes desligados. Sob a perspectiva dos alunos egressos, esses percentuais somam 68%, 17% e 15%, respectivamente. Ou seja, na prática, só as formações de alto prestígio apresentam números de formandos superiores aos de desistentes ou cancelados.

CONCLUSÕES

A forma como o ensino superior se desenvolveu no Brasil proporcionou o crescimento de um conjunto de desigualdades no acesso para diferentes grupos sociais. Esse fato se torna particularmente importante, visto que, o “bacharelismo credencialista” influencia diretamente na estruturação social. Isso significa dizer que o título/diploma funciona como elemento de distinção e hierarquização social. Entretanto, considerando que um título também se refere à licença para atuação em determinadas carreiras profissionais, podemos perceber os efeitos do credencialismo, quando diferentes cursos/profissões de ensino superior não são reconhecidos ou valorizados da mesma forma pela sociedade. Os quadros de estudantes universitários vão sofrer alterações, principalmente, a partir da implementação das políticas de ações afirmativas e, com destaque, a Lei 12.711 de 2012, Lei de Cotas.

Ensino Superior e desigualdades sociais: características dos estudantes da UFRB por grau de prestígio de seus cursos – Vinícius de Lacerda Miranda – p. 60-103

Analisando os dados do Censo do Ensino Superior, entre os anos de 2014 e 2018, percebemos que as universidades públicas do estado da Bahia são compostas, em sua maioria, por mulheres, negras e egressas de escolas públicas. Esse fato, em muito, se deve à convocação de alunos através das cotas. Nesse quesito, os dados apontam que a UFRB consegue utilizar melhor suas vagas e apresenta índices de ocupação, neste tipo de modalidade, superiores aos da média do estado.

Quando analisamos o perfil dos alunos da Federal do Recôncavo, separados em grupos por ordens de prestígio dos cursos, vimos que o grupo “Baixo prestígio” é formado, em sua maioria, por mulheres, negras e vindas de escolas públicas. Esse resultado segue a mesma tendência da literatura apontada, visto que esse grupo é composto, em grande parte, por cursos da área de licenciatura e afins, além da graduação em enfermagem, formações associadas à papéis de cuidar, educar e servir. Já nos cursos de médio e alto prestígios, apesar de apontarem maioria numérica para as categorias “mulher” e “negra”, elas não são maioria relativa. Ou seja, considerando a população total da UFRB, proporcionalmente, homens e brancos estão mais presentes nos cursos desses níveis de prestígio.

O Censup também mostrou que a maior parte das solicitações de cancelamento é oriunda de discentes negros, mulheres, formados em escolas públicas e matriculados em cursos de baixo prestígio. Caso tracemos uma média de todo o recorte, veremos que os desligamentos na UFRB são superiores aos demonstrados pela Bahia. Com relação aos formandos, estes também são compostos, em maioria, por mulheres negras. Ocorre que, desde 2016, a Federal do Recôncavo apresenta um fenômeno diferente do estado: a maior parte de seus concluintes é oriunda de escolas da rede particular, principalmente em cursos de alto prestígio. Contrapondo as médias dos dois perfis, vemos que o percentual total de egressos na UFRB é menor durante todo o período do recorte.

A análise que fizemos nos permite dizer que a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia é feita por mulheres negras, fato representado por sua presença significativa na instituição. Mas, fica o questionamento: por que os motivos que levam mulheres negras ao cancelamento das matrículas não afetam igualmente homens brancos? Isso nos leva a entender que o nível superior ainda carrega consigo estruturas e

Ensino Superior e desigualdades sociais: características dos estudantes da UFRB por grau de prestígio de seus cursos – Vinícius de Lacerda Miranda – p. 60-103

propriedades da reprodução das desigualdades. Podemos afirmar, também, que as políticas afirmativas, aqui representadas pelas reservas de vagas por cotas, funcionam e possuem o potencial de equalizar as oportunidades, inclusive, em cursos com passado elitista. Portanto, esse é o momento de reforçar as estratégias de permanência e assegurar a manutenção e o sucesso escolar desses discentes.

REFERÊNCIAS

ANDIFES. **V Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras.** Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace). Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/?p=79639>. Acesso em: 04 dez. 2021.

ARAÚJO, J. Educação e desigualdade: a conjuntura atual do ensino público no Brasil. **Revista Direitos Humanos E Democracia**, v. 2, n. 3, p. 125-157, 15 out. 2014.

ÁVILA, R. C.; PORTES, É. A. A tríplice jornada de mulheres pobres na universidade pública: trabalho doméstico, trabalho remunerado e estudos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 809-832, dec. 2012.

BARBOSA, M. L. de O. **Desigualdade e desempenho:** uma introdução à sociologia da escola brasileira. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011.

BATISTA, N. C. Cotas para o acesso de egressos de escolas públicas na Educação Superior. **Pro-Posições**, 29(3), 41-65, 2018.

BIANCHETTI, Lucídio; SGUISSARDI, Valdemar. Da universidade à commodity: ou de como e quando, se a educação/formação é sacrificada no altar do mercado, o futuro da universidade se situaria em algum lugar do passado. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2017.

BOURDIEU, P. **A Reprodução:** elementos para uma teoria do sistema de ensino. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BOURDIEU, P. Futuro de classe e causalidade do provável. *In:* NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (ed.). **Escritos de educação.** Petrópolis: Vozes, 2015. p.89-142.

BRASIL. **Classificação Brasileira de Ocupações: CBO – 2010.** 3. ed. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/downloads.jsf>. Acesso em: 01 dez. 2021.

Ensino Superior e desigualdades sociais: características dos estudantes da UFRB por grau de prestígio de seus cursos – Vinícius de Lacerda Miranda – p. 60-103

BRASIL. **Resolução CNE/CES 02/2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, DF, jul. 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 01 dez. 2021.

CAETANO, E.; NEVES, C. E. P. Relações de gênero e precarização do trabalho docente. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 9, n. 33e, p. 251-263, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639539>. Acesso em: 17 abr. 2022.

CARVALHAES, F.; RIBEIRO, C. A. C. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil Desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, São Paulo-SP, v. 31, n. 1, p. 195-233, 2019.

CHARLE, C.; VERGER, J. **História das universidades**. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

CUNHA, L. A. **A Universidade reformanda: O golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

DINIZ, M. **Os donos do saber: profissões e monopólios profissionais**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

FERNANDES, F. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

FIGUEIREDO, A. **Classe média negra: trajetórias e perfis**. Salvador: EDUFBA, 2012.

GANZEBOOM, H. B. G.; TREIMAN, D. J. Internationally comparable measures of occupational status for the 1988 international standard classification of occupations. **Social Science Research**, v. 25, n. 3, p. 201-239, sept. 1996.

GUEDES, M. C. O contingente feminino de nível universitário nos últimos trinta anos do século XX: a reversão de um quadro desigual. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDO POPULACIONAL*, 14, 2004, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: Abep, 2004. p. 1-17.

HASENBALG, C. A.; SILVA, N. do V. Notas sobre desigualdade racial e política no Brasil. *In: HASENBALG, C. A.; SILVA, N. do V.; LIMA, M. Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999. p. 34-59.

Ensino Superior e desigualdades sociais: características dos estudantes da UFRB por grau de prestígio de seus cursos – Vinícius de Lacerda Miranda – p. 60-103

LIMA, M. Trajetória educacional e realização sócio-econômica das mulheres negras. *In: HASENBALG, C. A.; SILVA, N. do V.; LIMA, M. Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999. P. 148-158.

MACHADO, W. Interação social e estratificação: uma escala de status relacional para o Brasil. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 17, 2015, Porto Alegre. Anais [...]*. Porto Alegre, 2015.

MASSI, L.; VILLANI, A. Contribuições dos estudos de perfil dos graduandos: o caso dos cursos de licenciatura e bacharelado em Química da UNESP/Araraquara. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 14, n. 1, p. 151-170, 8 ago. 2014.

MATOS, I. B.; TOASSI, R. F. C.; OLIVEIRA, M. C. Profissões e Ocupações de Saúde e o Processo de Feminização: Tendências e Implicações. **Athenea Digital. Revista de Pensamento e Investigación Social [en línea]**. 2013, 13(2), 239-244. ISSN: 1578-8946. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=53728035015>. Acesso em: 22 ago. 2020.

MILLS, C. W. **A nova classe média**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

PRATES, A. A. P.; BARBOSA, M. L. de O. A expansão e as possibilidades de democratização do ensino superior no Brasil. **Cad. CRH**, Salvador, v. 28, n. 74, p. 327-340, ago. 2015.

RIBEIRO, C. A. C. Desigualdade de oportunidades e resultados educacionais no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 41-87, 2011.

RIBEIRO, C. A. C. **Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil**. São Paulo: Edusc, 2007.

SANTOS, D. B. R. Curso de Branco: uma abordagem sobre acesso e permanência entre estudantes de origem popular nos cursos de saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). **Revista Contemporânea de Educação**, v. 12, n. 23, p. 31-50, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA – UFRB. Conselho Acadêmico. CONAC. Resolução nº 003/2017. Dispõe sobre a renomeação do calendário Acadêmico da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia 2016.2 para 2017.1 e aprovação do Calendário Acadêmico de Graduação para 2017.1 e 2017.2 da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Disponível em: https://ufrb.edu.br/soc/components/com_chronofoms5/chronofoms/uploads/documento/20170216145938_132127.PDF. Acesso em 19 de março de 2021.

Ensino Superior e desigualdades sociais: características dos estudantes da UFRB por grau de prestígio de seus cursos – Vinícius de Lacerda Miranda – p. 60-103

_____. **Projeto pedagógico curso de Agronomia**. Cruz das Almas, Bahia, jun. 2009. Disponível em https://www.ufrb.edu.br/ccaab/images/CURSOS_DE_GRADUA%C3%83%E2%80%A1%C3%83%C6%92O/Agronomia/PPC_Agronomia.pdf. Acesso em: 01 dez. 2021.

Recebido em: 07/12/2022 Aprovado em: 26/02/2022
--

Ensino Superior e desigualdades sociais: características dos estudantes da UFRB por grau de prestígio de seus cursos – Vinícius de Lacerda Miranda – p. 60-103